



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br



### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Pregão Presencial nº 26/2016

Processo Licitatório nº 40/2016

Assunto: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalações de Bancos, Lixeiras e Floreiras sob medida para atender as diversas localidades públicas no município de São Jorge do Ivaí – PR, conforme especificações e quantidades constante no Edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termos de Referência.

### Breve Relatório

Abriu-se processo licitatório para a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalações de Bancos, Lixeiras e Floreiras sob medida para atender as diversas localidades públicas, sendo solicitados dos licitantes os documentos necessários de habilitação para fundamentar o certame.

O processo licitatório teve seu prosseguimento normal em conformidade com as disposições contidas no Edital, sendo declarada o vencedor bem como adjudicando os itens com seu respectivo fornecedor.

Posteriormente a realização da reunião do pregão presencial, este município recebeu ofício nº 1551/2016-IMGA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA – PR, questionado o edital sobre a necessidade de exigência das empresas possuírem, obrigatoriamente, o registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, por entender que as atividades do presente certame eram consideradas técnicas.

Elaborado recomendação da procuradoria deste Município endereçada ao Secretário de Administração no sentido de regularizar o edital e exigir, obrigatoriamente aos participantes junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná.

Assim, procedeu a Comissão Permanente de Licitação, solicitando a única empresa participante do certame, para apresentar a respectiva certidão do Registro no Crea – PR através do ofício nº 1551/2016.

Em sua resposta ao Ofício a Empresa Magnum Ind. e Comércio de Redes Esportivas LTDA-EPP, apresentou as respectivas Certidões.

## No Mérito

A Lei nº 8.666/93 previu, no artigo 48, incisos I e II, e no § 3º, hipóteses de desclassificação parcial e total das propostas apresentadas pelos licitantes, estabelecendo a imediata consequência que pode ser adotada pelo administrador público. Confira-se a redação do dispositivo legal citado:



*"Art. 48. Serão desclassificadas:*

*I – (...)as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;*

*II - [...]*

*§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis."*

Deve-se dizer que o § 3º do artigo 48, acima transcrito, encerra à Administração Pública uma faculdade e não um dever. Isto é, ao administrador público caberá, à luz de critérios de conveniência e oportunidade, decidir, fundamentadamente, se, diante da desclassificação de todas as propostas, realizará outro certame ou se, ao contrário, **buscará escoimar os vícios das propostas apresentadas, aproveitando-se, assim, o procedimento já em curso.**

Destarte, torna-se importante observar, desde logo, que o artigo 48, § 3º, da Lei de Licitações, enuncia um importante objetivo a ser tutelado pela Administração Pública: **garantir a celeridade e a economia dos atos que compõem um procedimento licitatório.** Estes são os nortes que devem guiar a correta interpretação do dispositivo legal mencionado.

### Conclusão

Diante o exposto, considerado que a empresa Licitante apresentou os documentos solicitados pela Comissão Permanente de Licitação, **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**, não causando qualquer prejuízo ante a ausência de outros concorrentes no certame, opinamos para o prosseguimento da licitação, pois cumpre o licitante as exigências estabelecidas no certame.

É o parecer, à superior consideração.

São Jorge do Ivaí – PR, 12 de agosto de 2016.

  
Demetrius de Jesus Bedin  
OAB-PR 57.455 – Procurador Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF n.º 76.282.649/0001-04

Praça Santa Cruz, 249  
São Jorge do Ivaí - Paraná

PARECER JURÍDICO



**Assunto:** Parecer conclusivo para Homologação.

**Referência:** Pregão Presencial nº 26/2016.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais contratações de empresa especializada em fornecimento e instalações de Bancos, Lixeiras e Floreiras sob medida para atender as diversas localidades públicas no município de São Jorge do Ivaí - PR, conforme especificações e quantidades constantes no Edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

À apreciação deste setor jurídico, **processo administrativo nº 40/2016** e Pregão Presencial **nº 26/2016**, Pregão Presencial na formação de REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais contratações de empresa especializada em fornecimento e instalações de Bancos, Lixeiras e Floreiras sob medida para atender as diversas localidades públicas no município de São Jorge do Ivaí - PR, conforme especificações e quantidades constantes no Edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

Dá análise dos autos denota-se que foram observadas todas as prescrições legais relativas à modalidade de licitação adotada, como publicação do aviso de licitação no Diário Oficial do Município com um intervalo mínimo de 08 (oito dias) úteis entre a publicação e a abertura das propostas e informação do certame no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis.

Julgada às propostas de preços e habilitação observando as cláusulas editalícias e as disposições do art. 4º da Lei nº 10.520/2002. Ausente qualquer manifestação na sessão pública de pregão quanto à faculdade recursal. Juntada a proposta ajustada de todas as empresas vencedoras. Desse modo, emitimos parecer favorável à homologação do presente procedimento licitatório.

*São Jorge do Ivaí-Pr, 12 de agosto de 2016.*

José Carlos Gonçalves Magro  
Procurador Municipal  
OAB-Pr. 12.586